

Senado aprova nova Lei da Biodiversidade

Plenário votou partes que tiveram consenso nas comissões e deixou para analisar na semana que vem 3 destaques que ainda provocam polêmica. Texto irá para a Câmara

Novo Marco Legal da Biodiversidade auxiliará na pesquisa genética da flora e da fauna e permitirá o compartilhamento de informações e de lucros obtidos com a venda de produtos gerados a partir dela. Entre os pontos a definir, está a troca do termo “populações indígenas” por “povos indígenas”. **4**

Mudanças no seguro-desemprego recebem críticas 5

Dirigente da Sudene cobra mais investimentos 8

Para debatedores, educação precisa de maior apoio federal 6

Plenário fará sessão solene em homenagem aos índios

Representantes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil pediram ao presidente do Senado, Renan Calheiros, atenção à Lei da Biodiversidade.

Renan aproveitou para confirmar a realização de sessão solene para homenagear os povos indígenas na próxima quinta. O Dia do Índio é comemorado no dia 19. **2**



Capiberibe (3º à esq), Renan (3º à dir.) e Jucá (D) com representantes indígenas



Ao lado de Edison Lobão, ministro fala aos senadores sobre o Mais Especialidades

Foco agora são médicos especialistas, diz Chioro

Em audiência no Senado, o ministro da Saúde, Arthur Chioro, afirmou que agora, com a consolidação do Mais Médicos, o governo vai criar o Programa

Mais Especialidades, conforme Dilma Rousseff havia prometido na campanha eleitoral. Oftalmologistas e ortopedistas deverão ser os primeiros. **7**

Ex-secretário da Receita fala hoje na CPI do HSBC 8

Risco de faltar energia é baixo, avalia ministro

O ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, disse ontem que a diversificação da matriz energética e a ampliação da rede de transmissão fortaleceram o sistema elétrico contra o racionamento. **3**



Conforme Braga (2º à dir.), reduzir a dependência das hidrelétricas é uma das prioridades do governo



Nesta edição, encarte do informativo da Procuradoria da Mulher

Ouvidoria

É fácil ser ouvido

!

A Ouvidoria do Senado é um órgão que busca fortalecer o exercício da cidadania e a aproximação da sociedade com o Parlamento. A Ouvidoria tem o objetivo de receber e dar o tratamento adequado a **sugestões, críticas, reclamações, denúncias e elogios** da sociedade sobre as atividades administrativas e legislativas do Senado. O órgão também pode sugerir mudanças no âmbito institucional, e o cidadão interessado sempre terá retorno sobre as comunicações.

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

www.senado.leg.br/transparencia

Representante dos povos indígenas pediram que o Marco da Biodiversidade fosse aprovado no Senado sem alterações. Lentidão no processo de demarcação de terras também foi discutida



População indígena brasileira chega a 120 mil pessoas: conhecimento tradicional é valorizado na nova Lei da Biodiversidade

Sessão solene homenageia índios na próxima quinta

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem representantes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, acompanhados de João Capiberibe (PSB-AP) e Romero Jucá (PMDB-RR) e da deputada Janete Capiberibe (PSB-AP). Eles pediram apoio para que o projeto da Lei da Biodiversidade (PLC 2/2015) não sofresse alterações substanciais na votação no Senado. Renan confirmou a realização de sessão solene para ho-

menegar os povos indígenas na próxima quinta. O Dia do Índio é comemorado no dia 19. — É importante essa homenagem. E nós vamos considerar os ajustes do relator, Jorge Viana [PT-AC], para aperfeiçoar o projeto do Marco da Biodiversidade — garantiu. Os representantes dos índios se mostraram preocupados com a condução da política indígena e pediram a atenção do presidente do Senado. A principal questão é em tor-

no da demarcação de terras, considerada por eles “um processo moroso”. — Um orgulho que tenho é de, quando fui ministro da Justiça, ter feito a maior demarcação de terras indígenas. E até hoje ninguém bateu esse marco — lembrou Renan. A população indígena no Brasil está estimada em 800 mil pessoas. Os povos indígenas apresentaram 120 sugestões para o Marco da Biodiversidade.

Renan recebe Rosinha e Clarissa Garotinho

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem a visita da prefeita de Campos dos Goytacazes (RJ), Rosinha Garotinho (PR), acompanhada da deputada federal Clarissa Garotinho (PR-RJ). Durante o encontro, elas pediram o apoio de Renan na tramitação do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 15/2015, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que cria nova possibilidade de antecipação das receitas decorrentes da exploração do petróleo e gás natural, para a recuperação das economias estaduais e municipais. A medida pode

ajudar no financiamento das áreas de saúde e educação. Renan Calheiros garantiu apoio à tramitação do PRS 15/2015, que pode ser votado na Comissão de Assuntos Eco-

nômicos (CAE) já na próxima semana. O voto do relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), é favorável à aprovação da proposta.



Clarissa, Renan, Rosinha e Jucá: medida pode ajudar a financiar saúde e educação

Humberto apoia escolha de Temer para articulação política

Humberto Costa (PT-PE) elogiou a escolha do vice-presidente da República, Michel Temer, para a ordenação política do governo. O senador definiu Temer como um homem zeloso com a coisa pública e com conhecimento



de assuntos constitucionais. — Reitero, em nome do PT, o nosso apoio e colocamos a nossa bancada à sua disposição para que possamos construir um caminho novo, produtor e de nível elevado para o Brasil.

Para Vanessa, vice-presidente conseguirá manter base unida

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) elogiou a escolha do vice-presidente da República, Michel Temer, para a coordenação política do governo. Ela afirmou que Temer tem bons serviços prestados ao país, sendo presidente do PMDB, maior partido que compõe a coa-

lização do governo, foi presidente da Câmara por duas vezes e tem bom acesso a todos os parlamentares, inclusive da oposição. — Eu não tenho dúvida que Temer tem e terá capacidade de manter unida a base de partidos de apoio ao governo no Congresso — disse.

Na avaliação de Lídice da Mata, redução da maioria penal é “retrocesso”

Lídice da Mata (PSB-BA) defendeu ontem a manutenção da maioria penal em 18 anos. Para ela, a redução para 16, em análise na Câmara dos Deputados, seria um retrocesso e iria contra o que outros

países estão adotando. — A análise ligeira da legislação internacional permite-nos enxergar que caminharemos na contramão daquela que é a tendência no mundo — defendeu a senadora.

Telmário Mota quer aperfeiçoar texto que dá aposentadoria a missionários religiosos

Telmário Mota (PDT-RR) declarou ontem que espera aperfeiçoamentos a projeto dele que concede aposentadoria a missionários religiosos.

Ele frisou que essas pessoas se dedicam “de corpo e alma” a um trabalho que desempenham melhor que o poder público, mas sem nada receberem por isso.

Wellington registra o aniversário de 296 anos de Cuiabá, capital de Mato Grosso

Wellington Fagundes (PR-MT) saudou os 296 anos da capital Cuiabá, comemorados ontem, destacando a simpatia e a receptividade do povo cuiabano. Ele afirmou que isso fez

com que, por décadas, Cuiabá vivesse na opulência proporcionada pela exploração do ouro. Hoje, a cidade continua a se desenvolver pela riqueza do campo, pela indústria e pelo setor de serviços.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 16h45 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

CORREÇÃO

Diferentemente do publicado na pág. 8 de ontem, a senadora Marta Suplicy (PT-SP) vai compor, e não presidir, a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI). O colegiado é presidido pela deputada Jô Moraes (PCdoB-MG).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Biodiversidade

11h Na pauta, o Projeto de Lei da Câmara 2/2015, que institui o novo Marco Legal da Biodiversidade

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

12h Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão deliberativa extraordinária.

CRA Multa por descumprimento

8h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária discute projeto que eleva o valor das multas pelo descumprimento das normas do trabalho rural

CPI/HSBC Ex-secretário da Receita

9h A CPI que investiga contas de brasileiros na filial suíça do HSBC avalia requerimentos. Depois, oitiva do ex-secretário da Receita Everardo Maciel.

MPs: 664 E 665/2015 Ajuste fiscal

9h30 Audiência conjunta para instruir as MPs que mudam direitos trabalhistas e previdenciários.

CRE Dois embaixadores

10h A Comissão de Relações Exteriores analisa indicações para as embaixadas brasileiras na Bósnia e Herzegovina e na Austrália.

PROCURADORIA DA MULHER Esporte

10h O Projeto Pautas Femininas debate ações para a inserção feminina no esporte.

MP 671/2015 Dívidas dos clubes

11h Reunião de instalação e eleição do presidente e vice-presidente da comissão responsável pela MP 671/2015, que trata do Refis dos clubes de futebol.

MP 672/2015 Reajuste do mínimo

11h10 Reunião de instalação da comissão da MP que estende a política de reajuste do salário mínimo até 2019.

MP 673/2015 Emplacamento de tratores

11h20 Reunião de instalação da comissão da MP que altera regras de emplacamento de tratores e veículos de arrasto.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Em audiência no Senado, Eduardo Braga falou sobre as ações do Ministério de Minas e Energia para diversificar a matriz energética do país. Também debateu sobre a exploração de petróleo e a mineração

Ministro diz que risco de racionar energia é baixo

O BRASIL NÃO deverá sofrer racionamento de energia elétrica, disse ontem o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, em audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Ao comparar a situação atual à de 2001, quando ocorreu a crise do apagão, ele afirmou que o risco de racionamento é zero para o Nordeste e baixo para o Sudeste e o Centro-Oeste, apesar da crise hídrica.

— O nosso risco de racionamento nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste para o mês de março era de 6,1%. Agora em abril é de 4,9%. Isso mostra que o Sudeste está a cada dia mais distante de qualquer possibilidade de racionamento.

A diversificação da matriz energética nos últimos anos é apontada por Braga como uma das razões para diminuir a possibilidade de o país sofrer falta de energia. De acordo com ele, o Brasil conta com fontes variadas, como térmica a gás, térmica de biomassa e térmica nuclear.

Braga disse que a diversificação das fontes visa reduzir a dependência das hidrelétricas, que ainda respondem por cerca de 70% da matriz energética do país. A ampliação da oferta de energia solar, a conclusão da usina termonuclear de Angra 3 e leilões de fontes alternativas, como eólica e biomassa (bagaço de cana), estão entre as iniciativas que poderão garantir maior segurança energética ao país.

O ministro apresentou um projeto-piloto de produção de energia solar a partir de equipamentos flutuadores na área dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Os testes serão iniciados em 120 dias em Balbina (AM) e Sobradinho (BA).

— Se este projeto der certo, o Brasil será capaz de produzir energia solar em quantidade igual ou superior à de uma nova hidrelétrica — afirmou.

O governo também pretende incentivar a produção de energia solar de forma descentra-

lizada, tornando mais barato o investimento para a geração pelos consumidores finais.

Nesse sentido, Braga espera que o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) isente a geração de energia solar fotovoltaica de ICMS. Além disso, o governo deve promover a desoneração do PIS e Cofins e estudar um programa para incentivar uso de energias alternativas.

Investimentos em termelétricas e em energia nuclear também compõem a estratégia do governo para ajudar a reduzir a dependência das hidrelétricas.

O ministro ressaltou ainda a ampliação nas linhas de transmissão desde o início da década passada. Em 2001, o país contava com 70 mil quilômetros de rede. Em 2014, já eram 125 mil.

— O Brasil vive um equilíbrio estrutural do sistema elétrico, ou seja, nós temos energia suficiente para atender a demanda — disse Braga, ponderando que apagões



André Correia/Agência Senado

Braga diz que governo trabalha para diminuir dependência das hidrelétricas

não estão descartados por se tratarem de eventos isolados e não controláveis.

Petróleo

Braga também defendeu na audiência a lei que exige a produção no país de parte dos equipamentos usados na exploração de óleo e gás — o chamado conteúdo nacional — e o regime de partilha de exploração dos campos do pré-sal. Não descartou, entretanto, ajustes nesses procedimentos.

Para ele, o modelo atual foi responsável pelo desenvolvimento da indústria do petróleo no Brasil e pela criação de milhares de empregos no setor. O ministro lembrou que o regime garantiu recursos para a saúde e a educação.

Ele abordou o tema após questionamento do vice-presidente da CI, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que classificou o regime de partilha

e de conteúdo nacional de “ortodoxo” e “intervencionista”.

Já o senador Walter Pinheiro (PT-BA) ressaltou que o atual modelo possibilitou à Petrobras dar saltos qualitativos, transformando-a em uma empresa mundial.

Durante o debate, Braga pediu a aprovação de um novo marco regulatório da mineração, tema do Projeto de Lei 5.807/2013, em análise na Câmara.

O senador Blairo Maggi (PR-MT) disse temer que a criação da Agência Nacional de Mineração, prevista no texto, represente mais um empecilho ao desenvolvimento do setor. E Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu a imediata revisão do Código de Mineração. Para ele, é preciso impedir que empresas tirem licença para exploração de jazidas e engavetem a permissão para negociá-las com terceiros mais à frente.

Distribuidora pode perder concessão se não cumprir metas

O ministro Eduardo Braga informou ontem que as distribuidoras de energia que não cumprirem as metas de qualidade do serviço, fixadas na renovação dos contratos, poderão perder a concessão.

Na audiência na CI, ele disse que o governo tem buscado um equilíbrio entre os preços das tarifas e a garantia de investimentos na produção de energia.

— Se de um lado o consumidor tem “realismo tarifário”, de outro ele tem que ter qualidade de serviço — disse.

A preocupação com a revisão tarifária foi colocada por vários senadores. O ministro reiterou que o reajuste não ultrapassará 40%. Ele observou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) também reduziu o percentual de aumento tarifário

anual que será aplicado à distribuidora Ampla, fornecedora para 2,5 milhões de consumidores de 66 municípios do Rio de Janeiro. Para o consumidor residencial, o índice aprovado no dia 10 de março, que seria de 34,95%, foi alterado para 30,25%.

O debate com o ministro foi requerido pelo presidente da CI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Vanessa: crise energética atual é menor que a do governo FHC

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou ontem que a situação energética atual é muito diferente da enfrentada pelo país na década de 1990, sob o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Segundo a senadora, o crescimento do consumo de energia de 2001 a 2014 foi de 68% contra 76% de ampliação da capacidade instalada. No governo FHC, disse, a capacidade instalada só teve uma ampliação de 38%, enquanto o consumo cresceu 52%.

Vanessa acusou “muita gente” de aproveitar o momento de dificuldade e fragilidade da Petro-

bras para enfraquecer a empresa, acabando com “o sistema de conteúdo nacional” da exploração do petróleo do pré-sal. A parlamentar discordou de dois projetos de autoria dos senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e José Serra (PSDB-SP).

— Eles têm a opinião deles, que respeito, mas com as quais não tenho nenhuma concordância.

O PLS 417/2014, de Aloysio, extingue o regime de partilha na exploração do petróleo do pré-sal, e o PLS 131/2015, de Serra, revoga a participação obrigatória da estatal nesse modelo.

Hélio José destaca nova Frente Parlamentar de Infraestrutura

Hélio José (PSDF) registrou a instalação ontem da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura.

Eleito presidente, informou que a frente congrega senadores e deputados que pretendem dialogar com a sociedade e com o governo sobre a importância de investimentos na área.

— A Frente Infra tem como finalidade discutir melhorias da infraestrutura, assim como aprimorar a legislação, para incentivar o desenvolvimento de ações e obras para a infraestrutura.

O senador disse que,



Waldemir Brito/Agência Senado

apesar dos esforços do governo, o Brasil investe menos de 3% do produto interno bruto (PIB) em infraestrutura. Ressaltou que os investimentos em estradas, aeroportos, hidrovias, metrô e usinas devem ser pensados a longo prazo, para o bem do país. As soluções de infraestrutura, frisou, também colaboram para a qualidade de vida da população e para o crescimento da economia.

Hélio José ainda elogiou a indicação de Michel Temer para a articulação política do governo.

Comissão vai debater cortes no PAC com Nelson Barbosa

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem requerimento para uma audiência pública com o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, sobre os cortes orçamentários nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas Regiões Norte e Nordeste.

A iniciativa partiu de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que afirmou ter tentado encontrar com o ministro, sem obter sucesso.

— Causou-me espanto o corte anunciado nos investimentos do PAC. Não há ajuste fiscal que justifique isso — afirmou

o senador.

A pedido do senador Wellington Fagundes (PR-MT), foi incluída a Região Centro-Oeste no requerimento.

Aviação

A comissão também aprovou ontem audiências sobre o marco regulatório da aviação civil, sobre a situação das obras de mobilidade para a Copa de 2014 e sobre a importância para o desenvolvimento regional da chamada economia criativa — aquela que tem por base a criatividade e o talento individual do empreendedor.



Renan, ao lado de Jucá (E) e de Viana, relator, preside sessão em que nova regulamentação do patrimônio genético foi votada

Senado aprova texto-base da Lei da Biodiversidade

Acordo permitiu aprovação da proposta pelo Plenário, exceto de três destaques, que ficaram para depois. Um dos pontos prevê mudança do termo “populações indígenas” por “povos indígenas”

O SENADO APROVOU o texto-base do novo Marco Legal da Biodiversidade, fruto de entendimento promovido pelo relator, senador Jorge Viana (PT-AC), que obteve consenso em torno da maior parte da proposta. Três pontos ainda divergentes serão analisados na próxima semana.

A proposta da nova Lei da Biodiversidade (PLC 2/2015) é um substitutivo da Câmara a projeto enviado pelo governo e volta para análise dos deputados. O projeto tem o objetivo de modernizar a lei em vigor e adotar normas que dão mais agilidade à pesquisa e à exploração econômica da biodiversidade brasileira.

O projeto simplifica as regras para pesquisa de plantas e animais nativos a fim de incentivar a produção de novos fármacos, cosméticos e insumos agrícolas. Busca ainda ampliar as possibilidades de compensação a comunidades tradicionais que venham a permitir à indústria usar o conhecimento delas sobre o patrimônio genético.

— Todos os 17 países megadiversos, que guardam 70% da biodiversidade do planeta, estão de olho no Parlamento brasileiro, para que possam fazer a adequação de suas legislações. [A nova lei] será a mais avançada, moderna e ousada legislação de acesso à biodiversidade. Seremos uma espécie de farol a esses países na relação com sua biodiversidade, com o respeito e o reconhecimento das populações tradicionais — disse Viana.

O texto aprovado contempla diversas emendas apresentadas pelos senadores, em especial para garantir proteção aos provedores de conhecimento tradicional, como indígenas, quilombolas e agricultores familiares. Entre as mudanças, está a que assegura às comunidades tradicionais o direito de uso dos recursos da flora e fauna nativas, sem a obrigação de repartição de benefícios.

O projeto foi alterado para explicitar que o conceito de agricultor tradicional inclui o agricultor familiar e para excluir a possibilidade de empresa estrangeira sem associação com instituição nacional acessar o patrimônio genético ou receber amostra dele.

Serão analisados ainda três aspectos: o que prevê repartição de benefício obrigatória; o que isenta de repartição de benefícios para produtos acabados antes de 29 de junho de 2000; e o pedido de substituição do termo “populações indígenas” por “povos indígenas”.

Por dentro da nova lei

VEJA AS PRINCIPAIS MUDANÇAS APROVADAS NO PLENÁRIO

- Estabelecer que será por decreto do Executivo a definição da Lista de Classificação de Repartição de Benefícios, com base na Nomenclatura Comum do Mercosul. Dessa forma, sai da nova lei a previsão de lista positiva (de produtos passíveis de repartição de benefícios) ou lista negativa (de produtos isentos da repartição).
- Assegurar que, em caso de acesso a conhecimento tradicional associado de origem não identificável, os órgãos de defesa dos direitos de populações indígenas e de comunidades tradicionais deverão ser ouvidos, para definição de acordo setorial. O texto original previa que esses órgãos poderiam ser consultados.
- Determinar que, nas infrações que envolverem acesso a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado em atividades agrícolas, a competência de fiscalização será de forma articulada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
- Estabelecer que repartição de benefícios prevista em acordo internacional não se aplica à exploração econômica de material reprodutivo para fins de atividade agrícola de espécie introduzida no país pela ação humana até a entrada em vigor da lei, ressalvada a obrigação prevista no Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura.
- Explicitar no conceito de agricultor tradicional que inclui o agricultor familiar.
- Excluir a vinculação da definição de sementes crioulas à Lei de Proteção de Cultivares (Lei 9.456/1997) e ao Sistema Nacional de Sementes e Mudanças (Lei 10.711/2003).
- Excluir dispositivo que permite a empresa estrangeira sem associação com instituição nacional acessar o patrimônio genético ou receber amostra desse patrimônio genético.
- Estender a povos indígenas e comunidades tradicionais a isenção da obrigação de repartição de benefícios, já prevista no projeto para microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais, agricultores tradicionais e suas cooperativas.
- Destinar para unidades de conservação, terras indígenas, territórios quilombolas e áreas prioritárias para a conservação de biodiversidade a repartição de benefícios na modalidade não monetária. O substitutivo deixa a cargo do fabricante do produto oriundo de acesso ao patrimônio genético a indicação do beneficiário da repartição.
- Determinar que seja por decreto do Executivo a escolha da forma de repartição de benefícios na modalidade não monetária, e não por ato de ministérios, como previsto no substitutivo. A modalidade de repartição não monetária inclui, entre outras, transferência de tecnologia, isenção de taxas de licenciamento de produto e apoio à proteção da biodiversidade.

VEJA OS PONTOS QUE AINDA PRECISAM SER VOTADOS

- Substituir o termo “população indígena”, utilizado no substitutivo, por “povos indígenas”, para resguardar o sentido de identidade cultural, identidade étnica e o direito dos indígenas perante as leis brasileiras e acordos internacionais assinados pelo Brasil.
- Determinar a obrigação de repartição de benefício sempre que um produto resultar de uso de conhecimento tradicional associado, mesmo que o componente desse conhecimento não esteja entre os principais elementos de agregação de valor ao produto. O substitutivo da Câmara limitava a casos em que o componente fosse um dos principais elementos de agregação de valor.
- Limitar a isenção da obrigação de repartição de benefícios à exploração econômica realizada antes de 29 de junho de 2000, data da edição da primeira medida provisória sobre o tema. O substitutivo da Câmara isenta de repartição de benefício produto resultado de acesso ao patrimônio genético antes de 29 de junho de 2000, mesmo que explorado após essa data.

Reguffe critica dispositivo da proposta que anistia R\$ 214 milhões em multas

Durante a votação do texto-base do novo Marco Legal da Biodiversidade, Reguffe (PDT-DF) criticou o dispositivo da norma que anistia multas. Ele apresentou requerimento para que o artigo que contém o perdão fosse votado separadamente, mas foi derrotado.

O texto aprovado determina que pesquisadores e empresas hoje considerados ilegais, por terem acessado o patrimônio genético sem autorização, poderão fazer o cadastro de acesso ao patrimônio genético previsto na norma e assinar termo de compromisso. Com isso, ficarão extintas as sanções e multas.



— Não cabe ao Congresso anistiar multas e indenizações, cabe à Justiça decidir o que é justo ou não. Uma anistia que engloba empresas que, segundo estudo do próprio relator, estão anistiando multas no valor de R\$ 214 milhões. O contribuinte está sendo lesado — explicou o senador, que, apesar da discordância, considerou boa para o país a aprovação do novo marco legal.

O relator, Jorge Viana (PT-AC), que manteve os dispositivos, argumenta que o pagamento até hoje não passou de 0,098% das multas aplicadas:

— É um embate jurídico que não leva a lugar algum.

Lúcia Vânia comemora regulamentação para pesquisas com patrimônio genético

Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que, apesar de ter 20% da biodiversidade mundial, a produção científica do Brasil mal chega a 5% do que é desenvolvido mundo afora. Ela espera que isso mude com o Marco Legal da Biodiversidade, aprovado ontem pelo Senado.

Ela explicou que a proposta reduz a burocracia para realização de pesquisas envolvendo a biodiversidade. Também reconhece e protege o direito de povos indígenas e outras comunidades sobre o conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético.

Exemplo disso é o uso que um grupo indígena faz de determinada planta na cura de



doenças. Quando as novas regras entram em vigor, as comunidades deverão receber benefícios, inclusive financeiros, sobre qualquer produto que for criado e comercializado a partir de seus conhecimentos.

Mas, para que tudo isso se torne realidade, Lúcia Vânia fez um alerta: é preciso cuidado com a gestão e fiscalização das novas normas para que tenham o resultado esperado.

— O projeto coloca ao Executivo o desafio da efetividade da fiscalização, sem a qual qualquer projeto se torna inócuo. Manifesto minha satisfação por entender que esse projeto é meritório e é realmente benéfico ao país.

Para Vanessa, novas regras incentivam pesquisa e uso sustentável de reservas

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou a aprovação da Lei da Biodiversidade, que atualiza a legislação de acesso ao patrimônio genético do país.

A senadora ressaltou a importância da medida para o Brasil, uma vez que o país detém a maior reserva de biodiversidade do planeta. A nova lei, salientou, cria um marco legal na exploração da reserva:

— Garante uma condição de maior segurança jurídica para que a gente possa no futuro ter um projeto estratégico e investir mais recursos em pesquisa, em ciência, em tecnologia e em desenvolvi-



mento. Porque eu não tenho dúvida: o futuro do Brasil passa pela exploração, pelo uso sustentável da nossa biodiversidade — disse a senadora.

Segundo ela, a nova lei vai construir um ambiente propício para o desenvolvimento do país.

Vanessa destacou também o empenho do relator do projeto, senador Jorge Viana (PT-AC), para buscar acordo sobre o texto e diálogo com todos os setores envolvidos. Ela ressaltou ainda as diversas audiências públicas sobre o tema na Comissão de Meio Ambiente (CMA), nas quais 15 entidades foram convidadas a falar.

Analistas criticam MP do seguro-desemprego

Em debate na comissão mista encarregada de fazer a análise prévia da medida provisória, eles disseram que o governo tomou a iniciativa sem diálogo e em momento inoportuno

O REPRESENTANTE DO Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Marcos da Silva Pinto, disse ontem que a MP 665/2014, que mudou as regras de acesso ao seguro-desemprego, foi entendida pela base social que apoia a presidente Dilma Rousseff como “estelionato eleitoral”. Em audiência pública da comissão mista que analisa a MP, ele afirmou que a medida retirou direitos dos trabalhadores.

As novas regras estabelecidas pela MP para o seguro-desemprego estão valendo desde março. Antes, o trabalhador podia receber o benefício comprovando apenas seis meses de trabalho com carteira assinada. Agora, serão necessários 18 meses apurados nos últimos 24 meses. Na segunda solicitação, a carência será de 12 meses e somente a partir da terceira é que a carência volta para 6 meses.

— Para superar crises, precisamos de renda e emprego, e não restringi-los— afirmou Silva Pinto.

Segundo ele, o governo errou ao não dialogar com



Professor Hélio Zylberstajn fala durante debate com Silva Pinto, do Diap (E), senador Paulo Rocha, deputado Zé Geraldo e Clemente Ganz Lúcio, do Dieese

os movimentos sindicais e ao editar uma MP, que tem força de lei imediatamente, sem tempo de discussão. Silva Pinto lembrou a devolução da medida provisória sobre desonerações tributárias pelo Congresso.

— Os empresários ganharam três, quatro meses a mais. Em relação aos trabalhadores, vemos que há dois pesos e duas medidas — reclamou.

O debatedor disse que as pessoas que apoiaram o governo se sentem traídas e por isso protestam nas ruas.

O relator da comissão especial que analisa a medida provisória, senador Paulo Rocha (PT-PA), concorda que faltou

diálogo por parte do governo.

— Devemos fazer um ajuste fiscal, desde que não atinja as conquistas dos trabalhadores — afirmou.

Também para ele, as medidas provisórias de ajuste fiscal encaminhadas ao Congresso são restritivas de direitos.

O professor da Universidade de São Paulo (USP) Hélio Zylberstajn afirmou, por sua vez, que a MP 665/2014 foi editada em momento inoportuno.

— Enfrentamos alta no desemprego e recessão. Enquanto vários países usam o seguro-desemprego para evitar que a situação piore, o governo brasileiro retira o benefício — declarou o professor.

Zylberstajn sugeriu, entre outras opções, que se vincule a conta do seguro-desemprego com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

— Isso corrigiria as distorções. Se estou desempregado e estou sacando o dinheiro desse fundo, mais rápido vou buscar novo emprego — disse.

Para ele, o crescimento do gasto com o benefício se deu com o aumento do mercado formal e do salário mínimo, e não com a rotatividade ou o aumento de fraudes, como alega o governo.

Paulo Rocha questionou os especialistas que participaram da audiência pública sobre o prazo em que a economia

voltaria a crescer.

Para Zylberstajn, o ajuste é muito grande e a recuperação vai depender da maior ou menor facilidade do governo em fazer as mudanças pretendidas. Silva Pinto avaliou que não há previsão para a saída da recessão.

Já Clemente Ganz Lúcio, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), disse que o ajuste fiscal deveria estar focado no investimento produtivo para fortalecer a economia. Na opinião do debataedor, “ninguém sabe quando se sai de uma recessão econômica”.

(Com Agência Câmara)

Para sindicato, mudança em pensão por morte fere Constituição

Durante audiência da comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 664/2014 realizada na Câmara ontem, participantes afirmaram que a Previdência Social não tem déficit e que mudanças em benefícios são inconstitucionais. Os debatedores reclamaram que o governo está cobrando dos trabalhadores a conta do ajuste fiscal. A MP altera as regras vigentes para a concessão de benefícios previdenciários, como a pensão por morte.

Representantes de centrais sindicais, confederações, federações e representantes de aposentados e pensionistas repetiram críticas e desmen-

tidos do governo de que a Previdência estaria com déficit nas contas.

Guilherme Portanova, assessor jurídico da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos, citou dados do Ministério da Fazenda de que o órgão teria apresentado um superávit de R\$ 78 bilhões em 2012 e de

R\$ 76 bilhões em 2013.

A presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita, Margarida Lopes de Araújo, também contestou o déficit.

— É difícil desconstruir esse discurso de que a Previdência Social é deficitária. Ela é superavitária no seu todo. A Previdência Rural, sim, é de-

ficitária, mas ela foi feita em outro regime — disse.

O secretário-adjunto de Organização e Política Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Valeir Ertle, disse que o Ministério da Previdência não move qualquer ação contra as empresas devedoras. Pelas suas contas, se recebesse essas dívidas, o

montante seria “pelo menos três vezes superior aos R\$ 18 bilhões que o governo diz que vai arrecadar com essas novas medidas”.

Parlamentares da comissão mista fizeram coro aos sindicalistas durante a audiência. O deputado Betinho Gomes (PSDB-PE) questionou a medida, dizendo que Dilma afirmou na campanha presidencial que a Previdência estava superavitária. Ele disse que os argumentos de trabalhadores e técnicos mostram que as medidas são desnecessárias.

— Fica cada vez mais claro que são equivocadas — disse. (Da Agência Câmara)

Cinco ministros apresentam posição do governo hoje no Senado

As comissões mistas que analisam as MPs 664 e 665 farão hoje uma audiência pública com cinco ministros. Serão ouvidos Nelson Bar-

bosa (Planejamento), Carlos Gabas (Previdência), Manoel Dias (Trabalho), Miguel Rossetto (Secretaria-Geral da Presidência da República)

e Helder Barbalho (Pesca e Aquicultura).

A audiência está marcada para as 9h30, no plenário 6 da Ala Nilo Coelho, no Senado.

Governo diz que medida favorece isonomia

A medida provisória que eleva as alíquotas da Cofins e do PIS-Pasep sobre a importação contribui para o tratamento isonômico entre o produto nacional e o importado, disse ontem a representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Ana Junqueira Pessoa, em audiência pública na comissão mista presidida pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), que comandou o debate. A MP 668/2015 faz parte do pacote de medidas do ajuste fiscal e visa reforçar a arrecadação federal.

Em resposta ao relator, deputado Manoel Junior (PMDB-PB), a diretora do Departamento de Competitividade no Comércio Exterior do ministério sustentou que a elevação de tributos promovida pela medida não deverá suscitar questionamentos na Organização Mundial do Comércio (OMC), já que promove correção na base de cálculo e favorece a isonomia entre diversos produtos.

A MP elevou a alíquota do PIS-Pasep de 1,65% para 2,1% e a da Cofins de 7,6% para 9,6%, para a maioria dos importados,

totalizando 11,7% na soma das alíquotas. Contudo, a MP define percentuais específicos para diversas categorias de bens. Sobre produtos de perfumaria ou higiene pessoal, por exemplo, a soma das duas alíquotas sobe de 12,5% para 20%. Para veículos e máquinas, passa de 11,6% para 15,19%.

Ana não soube informar o impacto da medida sobre empresas de menor porte optantes pelo Simples ou pelo regime cumulativo. Isso exigiria avaliação isolada de cada setor, em trabalho conjunto do ministério com a Receita.

Audiência vai debater proposta que aumenta recursos para o BNDES

A comissão mista que analisa a admissibilidade da Medida Provisória 663/2014 aprovou ontem requerimentos para a realização de audiência pública com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, e com o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, entre outros.

A MP aumenta em R\$ 50 bilhões o limite de recursos relativos a subvenção econô-

mica repassados pela União ao BNDES e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). De acordo com o governo, o reajuste vai auxiliar o BNDES a fazer frente à crescente demanda pelo aumento da competitividade da indústria brasileira.

Os requerimentos foram propostos pelos senadores Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e José Pimentel (PT-CE) e pelo deputado Sarney Filho (PV-MA). Após passar pela comissão, a MP irá aos Plenários da Câmara e do Senado.

Debatedores pedem mais verbas para educação

Comissão discutiu opções para financiar os ensinos infantil, fundamental e médio, já que o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica terá fim em 2020

A NECESSIDADE DE maior apoio federal no financiamento da educação básica marcou as manifestações dos participantes do debate realizado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A audiência pública se concentrou na discussão sobre o futuro do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), cujo prazo de vigência termina em 2020.

A vice-presidente da Comissão de Educação, senadora Fátima Bezerra (PT-RN), destacou a gravidade do problema.

— Só no ano passado, o Fundeb movimentou R\$ 132 bilhões no atendimento educacional a 41 milhões de alunos. Um dos desafios é aumentar a participação do governo federal por enquanto, para que as metas do PNE [Plano Nacional de Educação] sejam atingidas — disse.

A senadora pediu que a legislação sobre os recursos do pré-sal não seja modificada.

— Vão para a educação 50% dos recursos do Fundo Social do pré-sal, além de 75% dos royalties do petróleo. Esses recursos são fundamentais para que cheguemos a 10% do PIB [produto interno bruto] para



Senadora Fátima Bezerra (C) preside audiência na qual os participantes cobraram maior aporte do governo federal para o fundo que financia a educação básica

o setor, que é a meta-síntese do PNE — afirmou.

Os recursos do petróleo, ressaltou ela, são relevantes ainda para o crescimento do ensino universitário e profissionalizante e para a melhoria dos salários dos professores.

Já Cristovam Buarque (PDT-DF) espera que a substituição do Fundeb leve a uma discussão sobre a qualidade da educação no país.

— O Fundeb, como o antigo Fundef, melhorou, mas não resolveu. Vou continuar defendendo a federalização da educação, que produziu bons resultados, por exemplo, no ensino técnico — afirmou.

Aperfeiçoamento

Mariza Abreu, consultora

da Confederação Nacional de Municípios, defendeu o aperfeiçoamento do fundo com o aumento de 20% para 25% na participação dos estados e municípios no financiamento. Ela também cobrou maior participação federal no fundo.

O representante do Ministério da Educação, Vander Borges, disse que a pasta é contrária a alterações na legislação referente ao petróleo. Ele classificou o Fundeb de “extraordinário”, mas lembrou que a nova gestão, assumida por Renato Janine Ribeiro, ainda está iniciando os estudos sobre o formato que deve ter o novo fundo após 2020.

Alessio Costa, vice-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Edu-

cação (Undime), citou dados mostrando que os repasses para o Fundeb em 2015 estão caindo na maioria dos municípios. Reiterou ainda que a diminuição dos repasses tem se dado num cenário de movimentos de reivindicações dos professores por melhor salário.

Já o presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca), José Marcelino de Rezende Pinto, mostrou estudos que ressaltam o impacto do Fundeb para estados e municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

No Maranhão e no Pará, por exemplo, o dinheiro já representa 75% do que é destinado para a educação. José

Marcelino lembrou também que esses estados têm sofrido recentemente com a diminuição do número de matrículas.

A representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação, Raquel Teixeira, defendeu que o Fundeb passe a ser permanente. Disse que o fundo faz parte de uma série de políticas públicas que nos últimos 20 anos contribuíram para o avanço do setor educacional. Raquel, que também é secretária de Educação em Goiás, defendeu que a docência no ensino básico passe a ser uma carreira específica.

— Em Goiás hoje o Fundeb é todo destinado para o pagamento de salários, que ainda consome mais 10% das outras fontes de recursos — disse.

Comissão aprova nomes para integrar conselhos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou as indicações do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Lelio Bentes Corrêa e do brigadeiro Francisco Joseli Parente Camelo para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Superior Tribunal Militar (STM), respectivamente.

Os senadores Romero Jucá (PMDB-RR) e José Pimentel (PT-CE) foram relatores das indicações. O debate incluiu temas como a terceirização, a erradicação do trabalho escravo, a remuneração dos juízes e o uso das Forças Armadas na segurança pública, entre outros assuntos.

A questão da terceirização,

que é tratada em projeto que tramita na Câmara, foi levantada pelo senador Lindbergh Farias (PT-RJ). Para Bentes, a ampliação da terceirização não pode descaracterizar a figura do empregador em relação à garantia dos direitos trabalhistas.

Já o senador Roberto Rocha (PSB-MA) questionou o ministro do TST sobre o trabalho escravo e os salários dos juízes. Bentes informou que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) avalia que a situação ainda é grave no país, mas reconhece avanços como a aprovação da lei que expropria bens de envolvidos com a exploração de mão de obra em situação análoga à

escrava. Questionado sobre remuneração dos juízes, Bentes disse que a diferença salarial entre magistrados em início de carreira e em atuação em tribunal superior é de apenas 10%.

Em resposta a indagação dos senadores Roberto Rocha e Gleisi Hoffmann (PT-PR), o brigadeiro Francisco Joseli Parente Camelo avaliou que a participação das Forças Armadas na segurança pública deve ser “excepcional e episódica”.

— Acredito que não seja atribuição das Forças Armadas essa atuação, embora tenham demonstrado desempenho satisfatório nessas ações — disse o militar.

Alvaro critica abandono do ensino pelo governo federal e gestão do Fies

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a falta de recursos para a área da educação e disse que o governo está abandonando um setor estratégico.

Para ele, a necessidade de ajuste fiscal levou o governo a descumprir a meta de orçamento fixada no Plano Nacional de Educação, que, afirmou, se tornou um “estatuto de intenções”, e não um plano efetivo. O senador lamentou os problemas com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

— O governo alterou as regras do Fies na esteira do ajuste de contas. A falta de planejamento e a incapacidade de gestão do governo penalizam enormemente a população.



Marta Suplicy recebe o brigadeiro Joseli (E) e o ministro Lelio em sabatina



Waldemir Barreto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Sílvio Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Ministro da Saúde anuncia em audiência aos senadores que a próxima etapa do Mais Médicos, prometida por Dilma na campanha, oferecerá especialistas à população

Agora é a vez do Mais Especialidades, diz Chioro

APESAR DAS CRÍTICAS ao Mais Médicos, vindas da oposição, o Ministério da Saúde trabalha para instituir a etapa posterior do programa: o Mais Especialidades, promessa de campanha da presidente Dilma Rousseff. Foi o que revelou o ministro da Saúde, Arthur Chioro, em audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que debateu ontem o programa que trouxe médicos do exterior, principalmente cubanos.

Waldemir Moka (PMDB-MS), que é médico, e outros parlamentares apontaram novo gargalo: a maior procura por especialistas após o atendimento básico, cuja demanda foi ampliada pelo Mais Médicos. Chioro afirmou que o ministério estuda a melhor forma de estruturar a nova fase. Algumas especialidades, como oftalmologia e ortopedia, com maior procura, são candidatas naturais para iniciar o projeto. Segundo ele, não será usado dinheiro em novas construções. O Mais Especialidades aproveitará a estrutura dos hospitais públicos, das entidades filantrópicas e até da rede privada.

Chioro revelou a possibilidade de direcionar profissionais do Mais Médicos para as unidades de pronto atendimento (UPAs). A segunda fase de contratação, já em curso, conta com mais brasileiros registrados nos conselhos regionais de medicina, permitindo tal acerto. Ele mencionou a necessidade de melhorar a capacidade de regulação de todo o sistema, pois deixar o paciente à mercê de fila por ordem cronológica para procedimentos mais complexos “cria injustiças”.

Vários senadores contaram casos mostrando como o Mais Médicos melhorou a qualidade de vida em rincões do país. Entretanto, Lúcia Vânia (PSDB-GO) frisou que o TCU apontou irregularidades e falhas, como o pouco conhecimento dos cubanos sobre protocolos clínicos e até mesmo de nomes de medicamentos.

Chioro alertou sobre a urgência de os governos e o Congresso discutirem



Durante debates na Comissão de Assuntos Sociais, Arthur Chioro anuncia que as primeiras contratações devem ser de ortopedistas e oftalmologistas

medidas para garantir o financiamento do sistema de saúde. O envelhecimento da população demandará cada vez mais atendimento:

— O Sistema Único de Saúde [SUS] fornece de vacinas a transplantes. Para isso, precisa de recursos.

Ele criticou duramente a oposição, na figura de Ronaldo Caiado (DEM-GO), que cobra mais investimento para o setor sem indicar a fonte de recursos. Lembrou que o DEM foi um dos partidos a liderar a derrubada

da CPMF em 2007.

— O seu fim foi um grande crime contra a saúde — acusou.

O projeto de Ana Amélia (PP-RS) que impõe regras para a venda e o uso de órteses e próteses (PLS 17/2015) foi elogiado pelo ministro. Ele também avisou que o ministério está à disposição da CPI que vai apurar irregularidades no comércio e na utilização desses materiais, conforme denúncia feita pela imprensa em 2014 sobre a chamada máfia das próteses.

Em resposta a Marta Suplicy (PT-SP) sobre o elevado número de casos de dengue no país, Chioro afirmou que as condições climáticas diferenciadas em 2014 e 2015 ajudaram a piorar o quadro. O armazenamento de água pela população em estados com crise hídrica contribuiu para aumentar a proliferação do mosquito transmissor. Chioro insistiu na prevenção e citou as pesquisas em dois institutos, o Butantã e o Biomanguinhos, para criação de vacina contra dengue.

Ministro nega ilegalidade em acordo com organização para trazer cubanos

O acordo entre o governo e a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) que viabilizou a contratação de 11,4 mil médicos cubanos pelo Mais Médicos tem perfeito amparo jurídico, segundo o ministro Arthur Chioro. Ele negou que o acordo com a Opas tenha sido “subterfúgio” para camuflar repasses de dinheiro a Cuba. O país possui 6,9 médicos por mil habitantes, em média, mantendo cooperação com mais de 63 países.

A base jurídica está na Medida Provisória 621/2013, que instituiu o

programa. Aprovada pelo Congresso, a MP, convertida na Lei 12.871/2013, passou a regulamentar o Mais Médicos. Um dos dispositivos, segundo ele, possibilita acordo de cooperação com organismos nacionais ou estrangeiros, inclusive prevendo a transferência de recursos, o que serviu de suporte ao acordo com a Opas.

Chioro salientou que o governo também buscou estabelecer o mesmo tipo de cooperação com outros países, como Argentina e Espanha, e não conseguiu. O programa, que atende mais

de 50 milhões de brasileiros em 3.785 municípios, com 14.462 médicos na atenção básica, respeita prioridades na contratação: primeiro os profissionais formados no país, depois os brasileiros graduados no exterior, mas ainda sem registro, seguidos dos estrangeiros voluntários. Só em último lugar as vagas em aberto são ocupadas por médicos cubanos. A nova etapa, para levar médicos a 1.294 municípios e 12 distritos indígenas, oferece 4.146 novas vagas. E 76% delas serão ocupadas por médicos registrados no Brasil.

Avança projeto de lei que regulamenta autogestão de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que regulamenta as entidades de autogestão de saúde. O PLC 6/2015, do deputado Simão Sessim (PP-RJ), muda a Lei dos Planos de Saúde (Lei 9.656/1998) para isentar fundações, sindicatos ou associações que realizem

a gestão de planos de saúde de criar pessoas jurídicas independentes exclusivamente para operar esses planos privados de assistência.

Pela proposta, a regra valerá para a entidade que já fazia essa autogestão antes da publicação da legislação de 1998, em conjunto com outras

previstas em seus estatutos. Para contar com essa isenção, ela poderá criar um CNPJ sequencial ao já existente e terá de assegurar a segregação patrimonial administrativa, financeira e contábil das outras atividades.

O relator, senador Humberto Costa (PT-PE), apresentou

apenas emendas de redação e modificou a ementa da proposta. Durante a votação, Marcelo Crivella (PRB-RJ) elogiou a iniciativa, que, para ele, faz justiça aos “planos privados que iam quebrar”.

— Os grandes (planos de saúde) queriam que essas entidades diferenciadas não

existissem, já que o custo para os seus associados é baixo e resolvem o problema do atendimento — informou o senador.

O projeto será analisado em regime de urgência no Plenário, conforme requerimento aprovado pelos parlamentares.

Ana Amélia alerta sobre prevenção do câncer

Ana Amélia (PP-RS) lembrou o Dia Mundial de Combate ao Câncer, comemorado ontem, e destacou o reconhecimento, pelo ministro da Saúde, Arthur Chioro, de que a burocracia impede a implantação efetiva de duas leis que beneficiam pessoas com a doença. Uma delas prevê o início do tratamento em até 60 dias após o diagnóstico; a outra, que seja feita a



Waldemir Barreto/Agência Senado

reconstituição da mama na mesma cirurgia de retirada.

A senadora aproveitou a ocasião para alertar as pessoas sobre a importância de exames preventivos para a detecção precoce do câncer e, com isso, o início imediato do tratamento.

— Depois das doenças cardiovasculares, o câncer é o que mais mata homens e mulheres em nosso país — alertou.

Amorim lamenta situação do SUS em Sergipe

Eduardo Amorim (PSC-SE) denunciou ontem o “quadro caótico da saúde em Sergipe”, onde pacientes não conseguem ser atendidos e médicos não têm condições de trabalho, conforme ressaltou.

Segundo o parlamentar, faltam profissionais em várias especialidades, como pediatria e cirurgia pediátrica, além de haver um enorme déficit de



Waldemir Barreto/Agência Senado

leitos para pacientes.

O senador também lamentou a morte de Josefa Matos Valadares, mãe do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Ela tinha 92 anos, foi prefeita de Simão Dias (SE) e morreu em decorrência de falência múltipla dos órgãos.

Amorim pediu que o Senado envie voto de pesar e apresente condolências à família de dona Caçula.



Davi Alcolumbre presidiu audiência pública que teve o superintendente da Sudene, José Márcio Maia, como convidado

Sudene necessita de mais recursos, reclama dirigente

Segundo ele, contingenciamento ameaça aplicação de R\$ 25 milhões em recursos previstos pela lei orçamentária este ano. Ele pede ainda mobilização das bancadas do Nordeste, Minas e Espírito Santo

PARA CADA REAL concedido em incentivos fiscais no Nordeste, são gerados oito reais em investimentos, daí a importância de aliviar a cobrança de tributos na região. O argumento foi apresentado pelo titular da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), José Márcio de Medeiros Maia, que participou de audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) ontem.

O dirigente da superintendência, responsável por combater a desigualdade no Nordeste, negou que a concessão de incentivos traga prejuízos à União.

— Para R\$ 4 bilhões de incentivos, houve R\$ 32 bi realizados [em investimentos]. Quase oito vezes mais.

O impacto no PIB do país é insignificante e não há impacto na arrecadação federal. Pelo contrário, faz crescer a arrecadação, inclusive da Previdência, com a geração de mais empregos — defendeu.

Medeiros lamentou a escassez de recursos destinados à instituição e pediu apoio dos senadores para promover melhorias no orçamento e recuperar recursos contingenciados entre 2009 e 2014. Segundo ele, a Agência de Desenvolvimento de Pernambuco (AD Diper) tem orçamento maior que o da Sudene. Para 2015, são R\$ 25 milhões previstos na lei orçamentária, com possibilidade de contingenciamento.

— O recurso é orçado, mas fica difícil, pois outras áreas

têm prioridade e a nossa fica contingenciada — reclamou.

Ele lembrou que a Sudene cobre quase 2 mil municípios e pediu união das bancadas do Nordeste, de Minas Gerais e do Espírito Santo.

— Temos que sensibilizar as bancadas para que atendam demandas de uma região que tem tudo para crescer. Mas, para isso, precisa de força política muito grande — opinou.

Com sede em Recife, a Sudene é uma autarquia especial, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com autonomia administrativa e financeira. A Sudene promove o desenvolvimento sustentável não só dos estados do Nordeste, mas também de alguns municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Senado pode ter seis CPIs funcionando ao mesmo tempo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, confirmou ontem a criação da CPI dos Fundos de Pensão. Será a quarta comissão de inquérito em funcionamento na Casa. Outras duas ainda podem surgir, o que deixaria o Senado com seis CPIs.

A do HSBC e a das Próteses estão em pleno funcionamento. A primeira investiga o caso dos correntistas brasileiros na filial suíça do banco HSBC, muitos dos quais podem ter incorrido em evasão fiscal. A segunda trata de irregularidades e crimes em procedimentos médicos de colocação de próteses e órteses. A CPI do Assassinato de Jovens foi criada, mas ainda não instalada.

Já a CPI da Receita Federal, protocolada na Secretaria-Geral da Mesa por Ataídes Oliveira (PSDB-TO), está em fase de conferência das assinaturas.

Por fim, Ronaldo Caiado (DEM-GO) articula a criação da CPI do BNDES. O senador chegou a alcançar o número necessário de assinaturas para

formalizar a comissão, mas alguns senadores retiraram o apoio. Caiado disse que buscará novas assinaturas.

Humberto Costa (PT-PE), relator da CPI das Próteses, afirma que o número de comissões de inquérito encaminhadas é excessivo.

— Se tivermos só três CPIs funcionando, com toda certeza não vamos ter mais nenhuma atividade, ou CPIs esvaziadas.

Pelo Regimento Interno do Senado, cada senador pode

participar de só uma CPI como membro titular. As três CPIs já criadas têm, somadas, 28 membros, o que supera um terço da composição da Casa.

Para Ana Amélia (PP-RS), que apoia a CPI dos Fundos de Pensão, é preciso privilegiar as mais relevantes.

— A dos Fundos de Pensão se justifica porque os fundos são uma forma de poupança interna do país. A das Próteses é importante porque interessa à saúde pública — avalia.

CPI do HSBC ouve hoje ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel

A CPI que investiga contas mantidas por brasileiros na filial suíça do HSBC ouvirá hoje o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel. Ele ocupou o cargo de 1995 a 2002. O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), vice-presidente da CPI, destacou o “vasto conhecimento técnico” do tributarista sobre métodos de apuração de fraudes fiscais.

Entre os requerimentos que podem ser votados hoje, está o de convocação do presidente do HSBC no Brasil, André Guilherme Brandão. Também há pedido de realização de diligência na França para ouvir o engenheiro franco-italiano Hervé Falciani, ex-funcionário do HSBC que reuniu os dados suspeitos sobre correntistas de vários países do mundo.

Rose de Freitas quer aprovar Orçamento de 2016 no prazo

Rose de Freitas (PMDB-ES) disse que pretende, como presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), garantir transparência à discussão da Lei Orçamentária de 2016. Ela acrescentou que vai se esforçar para que todos os prazos sejam cumpridos, lembrando que o Orçamento

deste ano só foi aprovado em 17 de março. A senadora também defendeu que as leis orçamentárias reflitam a realidade do país.



Gerardo Magela/Agência Senado

— Defendemos transparência. Queremos interromper esse ciclo de contingenciamentos que os governos fazem sobre tudo — afirmou.

Viana pede que órgãos voltem a funcionar após cheia no Acre

Passados 44 dias das cheias no Acre, Jorge Viana (PT-AC) pediu providências do governo federal em favor da população, em especial em Xapuri e Brasileira.

— Os moradores já voltaram para suas casas, a prefeitura voltou a funcionar, mas faltam a Secretaria da

Fazenda do estado, Receita Federal e Correios — afirmou. Viana disse ainda que,



Gerardo Magela/Agência Senado

quanto à assistência e ao socorro, “o governo federal merece nota 10” porque destinou quase R\$ 20 milhões para as prefeituras de Rio Branco e dos demais municípios atingidos.

Gleisi cobra integração do transporte coletivo em Curitiba

Gleisi Hoffmann (PT-PR) responsabilizou o governador do Paraná, Beto Richa, pela desintegração do sistema de transporte urbano de Curitiba, que, conforme ressaltou a senadora, já foi modelo para muitas outras cidades. Segundo Gleisi, o governo

estadual retirou o subsídio que permitia ao usuário pagar uma única passagem por vários trechos percorridos na Região Metropolitana. A parlamentar fez um apelo a Richa e ao prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet, para que restabeçam o subsídio nas tarifas antes integradas.



Gerardo Magela/Agência Senado

Crise traz risco de retrocesso histórico ao país, diz Crivella

A crise começa a deixar de ser conjuntural para se tornar estrutural e, se não for detida e revertida, teremos um retrocesso histórico. O diagnóstico é de Marcelo Crivella (PRB-RJ), ao falar ontem sobre a situação do Brasil. O senador disse que o momento só tem

paralelo na decadência da produção cafeeira em 1920, que deprimiu a economia por décadas. — Muitas regiões nunca mais se recuperaram, o que marcou a história econômica do Brasil. Ele disse que a crise se instala mais rapidamente no estado do Rio de Janeiro.



Gerardo Magela/Agência Senado

Cássio acusa presidente Dilma de crime de responsabilidade

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), afirmou que o parecer da Procuradoria-Geral do Ministério Público do Tribunal de Contas da União aponta irregularidades praticadas pelo governo que, em sua opinião, comprovam que a presidente Dilma cometeu crime de responsabilidade. Segundo ele, o parecer reve-

la irregularidades cometidas por órgãos como a Caixa Econômica, Tesouro Nacional, Banco Central, Banco do Brasil e BNDES.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— Não estaríamos diante de fundamentos bastante consistentes para denunciar a presidente Dilma pelo não cumprimento de diversos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal? — questionou.